

CONTRATO DE COMPRA.
Nº 065/2020.

Termo de contrato de compra que entre si fazem o Município de Catalão e a empresa Ana de Oliveira Duarte - Me.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATALÃO, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.505.643/0001-50, com sede administrativa na Rua Nassin Agel nº 505 - Setor Central, CEP. 75.701-050, Catalão - GO, neste ato representado pelo seu Secretário de Transporte, Sr. **Luis Severo Braga Gomides**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 1.006.093 - SSP/GO e CPF nº 278.401.901-20, residente e domiciliado nesta cidade de Catalão - GO.

CONTRATADO: ANA DE OLIVEIRA DUARTE - ME, inscrita no CNPJ nº 26.107.046/0001-06, com sede na Rua Jose Saturnino de Castro, nº 395, Sala 02 - Bairro Mãe de Deus, Catalão - GO, CEP: 75.702-195, neste ato representada pela **Sra. Ana de Oliveira Rosa Duarte**, brasileira, casada, portadora do RG 1576953 SSP - GO, inscrita no CPF nº 599.928.241-15, residente e domiciliada na cidade de Catalão - GO.

Tendo em vista o que consta no **Processo nº 2019000312** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 003/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (Hortifrutigranjeiro e derivados de leite), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura de Catalão para reativação da Cantina Municipal que será entregue nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório (**Pregão nº 003/2019**) e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de **11/02/2020** e encerramento em **31/12/2020**.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

2.3. A entrega dos produtos será iniciada após a assinatura deste contrato e emissão da ordem de fornecimento, estipulando-se como prazo para a entrega dos produtos aquele descrito no Termo de Referência.

2.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do pactuado, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, observando, especialmente, as orientações do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, em sua INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 010/2015 e alterações posteriores.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1. O valor total da contratação é de **RS 46.805,00** (quarenta e seis mil, oitocentos e cinco reais).

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CENOURA	57	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	RS 30,00	RS 1.710,00

2	COUVE	600	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 2,00	R\$ 1.200,00
3	COUVE-FLORES	250	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 5,50	R\$ 1.375,00
4	TOMATE	103	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 35,00	R\$ 3.605,00
5	LARANJA	53	SACO DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 28,00	R\$ 1.484,00
6	BATATA INGLESA	27	SACO DE 50 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 78,00	R\$ 2.106,00
7	ACELGA	380	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 4,00	R\$ 1.520,00
8	BETERRABA	39	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 30,00	R\$ 1.170,00
9	MILHO VERDE	900	ATILHO	PRÓPRIA	R\$ 3,50	R\$ 3.150,00
10	PEPINO	30	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 25,00	R\$ 750,00
11	AGRIÃO	110	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 2,00	R\$ 220,00
12	ALFACE	180	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 2,00	R\$ 360,00
13	BERINJELA	17	CAIXA DE 14 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 25,00	R\$ 425,00
14	BANANA DA TERRA	40,50	CAIXA DE 18 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 35,00	R\$ 1.417,50
15	PIMENTÃO VERMELHO	29	CAIXA DE 15 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 50,00	R\$ 1.450,00
16	REPOLHO BRANCO	33	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 25,00	R\$ 825,00
17	QUEIJO CURADO	10	KILOS/PEÇA	PRÓPRIA	R\$ 15,00	R\$ 150,00
18	ABOBRINHA VERDE	23	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 30,00	R\$ 690,00
20	MAÇA FUJI	56	CAIXA DE 18 QUILOS	IMPERIAL	R\$ 55,00	R\$ 3.080,00
21	RÚCULA	150	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	ABÓBORA CABOTIA	17	SACO DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 25,00	R\$ 425,00
23	QUIABO	35	CAIXA DE 14 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 35,00	R\$ 1.225,00
24	JILÓ	60	CAIXA DE 14 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 35,00	R\$ 2.100,00
25	CHUCHU	42	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 30,00	R\$ 1.260,00
26	BROCOLIS	90	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 3,50	R\$ 315,00
27	VAGEM	124	CAIXA DE 14 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 40,00	R\$ 4.960,00
28	ESPINAFRE	50	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 2,00	R\$ 100,00
29	CARÁ	13	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 35,00	R\$ 455,00
30	MANDIOCA	29	CAIXA DE 22 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 20,00	R\$ 580,00
31	CEBOLA	45	SACO DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 35,00	R\$ 1.575,00
32	ALHO	192	QUILOS	CHINA	R\$ 8,50	R\$ 1.632,00
33	PIMENTA DE CHEIRO	10	LITRO	PRÓPRIA	R\$ 15,00	R\$ 150,00
34	AÇAFRÃO	12	LITRO	PRÓPRIA	R\$ 15,00	R\$ 180,00
35	CHEIRO VERDE	471	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 2,00	R\$ 942,00
36	ABACAXI PEROLA	150	UNIDADE	PRÓPRIA	R\$ 3,99	R\$ 598,50
37	CHICÓRIA	350	FEIXO/MAÇO DE 500 GRAMAS	PRÓPRIA	R\$ 2,00	R\$ 700,00
38	BATATA DOCE	56	CAIXA DE 20 QUILOS	PRÓPRIA	R\$ 20,00	R\$ 1.120,00
39	OVO BRANCO	250	CARTELA DE 2,5 DÚZIAS	PRÓPRIA	R\$ 6,00	R\$ 1.500,00

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INPC. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Projeto Atividade: Manutenção da Diretoria de Transportes. Dotação Orçamentária:
01.3016.26.782.4020.4134-339030.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e/ou Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

6.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

6.2. De acordo com a Portaria nº 1.414 de 03 de fevereiro de 2020, incumbe ao servidor Manoel Ribeiro Borges a fiscalização e controle da execução deste contrato, parte integrante do certame.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, ratificando que o contratado deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. Além das obrigações estipuladas no Termo de Referência (Anexo I), a contratada fica OBRIGADA a apresentar, no ATO DA ASSINATURA DESTA CONTRATAÇÃO, os seguintes documentos atualizados:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

7.2.2. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão unificada expedida

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (www.pgfn.fazenda.gov.br) e Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br); ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

7.2.4. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

7.2.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br; www.csjt.jus.br ou www.trt2.jus.br), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

7.2.7. Certidão negativa de pedido de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da comarca da **SEDE DA LICITANTE**;

7.2.7.1. Estão dispensadas da apresentação da Certidão negativa de falência de que trata o subitem anterior a contratada em processo de recuperação judicial, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica para tal contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

8.1. As alterações neste instrumento contratual que forem necessárias para a plena execução de suas finalidades, deverão obedecer aos ditames legais contidos no art. 65 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sempre devidamente fundamentadas e autorizadas pelas partes integrantes do presente pacto.

9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência e Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES:

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, devendo ser formalizadas em procedimento próprio.

11.2. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com o estipulado nos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste.

11.3. Por orientação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário):

a) quando constatados, após a assinatura do contrato, erros ou omissões no orçamento relativos a pequenas variações nos quantitativos contratados, em regra, pelo fato de o objeto ter sido contratado por "preço certo e total", não se mostra necessária a prolação de termo aditivo, nos termos do ideal estabelecido no art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, como ainda na cláusula de expressa concordância do contratado com o projeto básico, prevista no art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013;

b) excepcionalmente, de maneira a evitar o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, como também para garantia do valor fundamental da melhor proposta e da isonomia, caso, por erro ou omissão no orçamento, se encontrarem subestimativas ou superestimativas relevantes nos quantitativos do termo de referência, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, situação em que se tomarão os seguintes cuidados:

b.1) observar se a alteração contratual decorrente não supera ao estabelecido no art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013, cumulativamente com o respeito aos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, estes últimos, relativos a todos acréscimos e supressões contratuais.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.3. Interromper a entrega sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE,

salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO:

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

14.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO:

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no site oficial do Município de Catalão, no placar do prédio da Prefeitura de Catalão, bem como registrá-lo no site do TCM/GO (IN 010.2015, art. 2º).

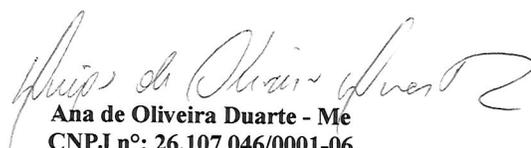
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Catalão, Estado de Goiás.

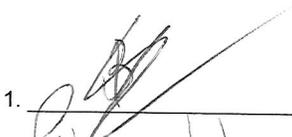
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

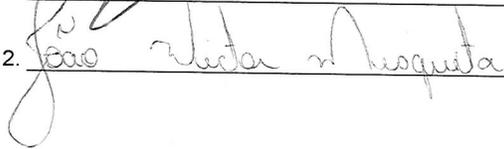
Catalão-GO, 11 de fevereiro de 2020.


Município de Catalão
Luis Severo Braga Gomides
Secretário de Transportes
Contratante


Ana de Oliveira Duarte - Me
CNPJ nº: 26.107.046/0001-06
Ana de Oliveira Rosa Duarte
Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1.  . CPF: 009.345.091.16

2.  . CPF: 064.890.051.44